

CPI - *Ora benta* Em Tempo Integral

A CPI parece, finalmente, disposta a ouvir o que têm a dizer todos os apontados como traficantes de emendas pelo próprio assessor econômico da Comissão de Orçamento. Mas não consegue passar da disposição à execução. Em compensação, o outro lado da relação espúria ficará muda. Pois um atestado médico de última hora diz que o empresário Onofre Américo Vaz "não apresenta a mínima condição de saúde para enfrentar um depoimento". Tal opinião solitária teve peso legal para impedir que o dono da Servaz compareça à CPI do Orçamento. Assim termina o ano e começa 1994.

É difícil entender por que a CPI, com poder de levantar o sigilo bancário de deputados, não consegue fazer falar quem abastece por fora a conta de parlamentares. É paradoxal a posição do dono da Servaz, pois, pelo pouco que se sabe, suas respostas podem ser decisivas para avaliar o comprometimento dos parlamentares implicados na manipulação de verbas federais. Não é racional que os alegados motivos de saúde do empresário, sem a confirmação de uma junta médica, possam mais que a convocação da CPI. Os males de fundo moral prescrevem com o esgotamento do prazo. Prescrevem, não se curam.

O expediente de Onofre Vaz não foi novidade. A secretaria particular de PC Farias também passou mal enquanto durou a ordem de prisão, que ela, aliás, cumpriu numa clínica de repouso. O *habeas-corpus* foi um santo remédio para o dilúvio de lágrimas que

afogavam Rosinete Melanias. Curou-se de estalo assim que a ordem de prisão foi revogada. Onofre Vaz submete-se, a seco, à internação hospitalar que mostra força de lei para poupar-lhe de comparecer à CPI, onde teria muito a dizer sobre dragagem, construção de cais, edificações e outras dúvidas. Lamentavelmente, seu silêncio não foi conveniente para a família do senador José Sarney (PMDB-AP), que assim perdeu a oportunidade de tirar de seus ombros a montanha de suspeitas levantadas pela CPI e deixar claro que as benfeitorias maranhenses da Servaz não foram retribuição da empreiteira que mais obras fez.

O Congresso vacilou numa oportunidade que pedia coerência: o caminho para os parlamentares não pagarem sozinhos o preço do escândalo é a resistência às pressões corporativistas. Todas as relações de interesse entre o Executivo, o Legislativo e a sociedade ficaram suspeitas sob o peso das hesitações domésticas da CPI.

O dono da Servaz não entendeu o papel que lhe cabe nessa página que não poderá ser arrancada da História do Brasil. A sua presença é para levantar a ponta do véu que encobre a questão e evitar que inocentes passem por culpados e culpados recebam tratamento de inocentes. Atestado médico não existe para garantir doenças morais. A opinião pública entende que a CPI é incompatível com qualquer suspeita, inclusive de amolecimento sentimental e recaída corporativista.